



MUSEU AO VIVO

JORNAL DO MUSEU DO ÍNDIO - RJ - Órgão da Fundação Nacional do Índio
ANO III - Nº 05 JANEIRO || FEVEREIRO || MARÇO 1992



ÍNDIOS ARARA DO RIO BRANCO EM MATO GROSSO LUTAM PELA DEMARCAÇÃO DE SUAS TERRAS

Pág. 4

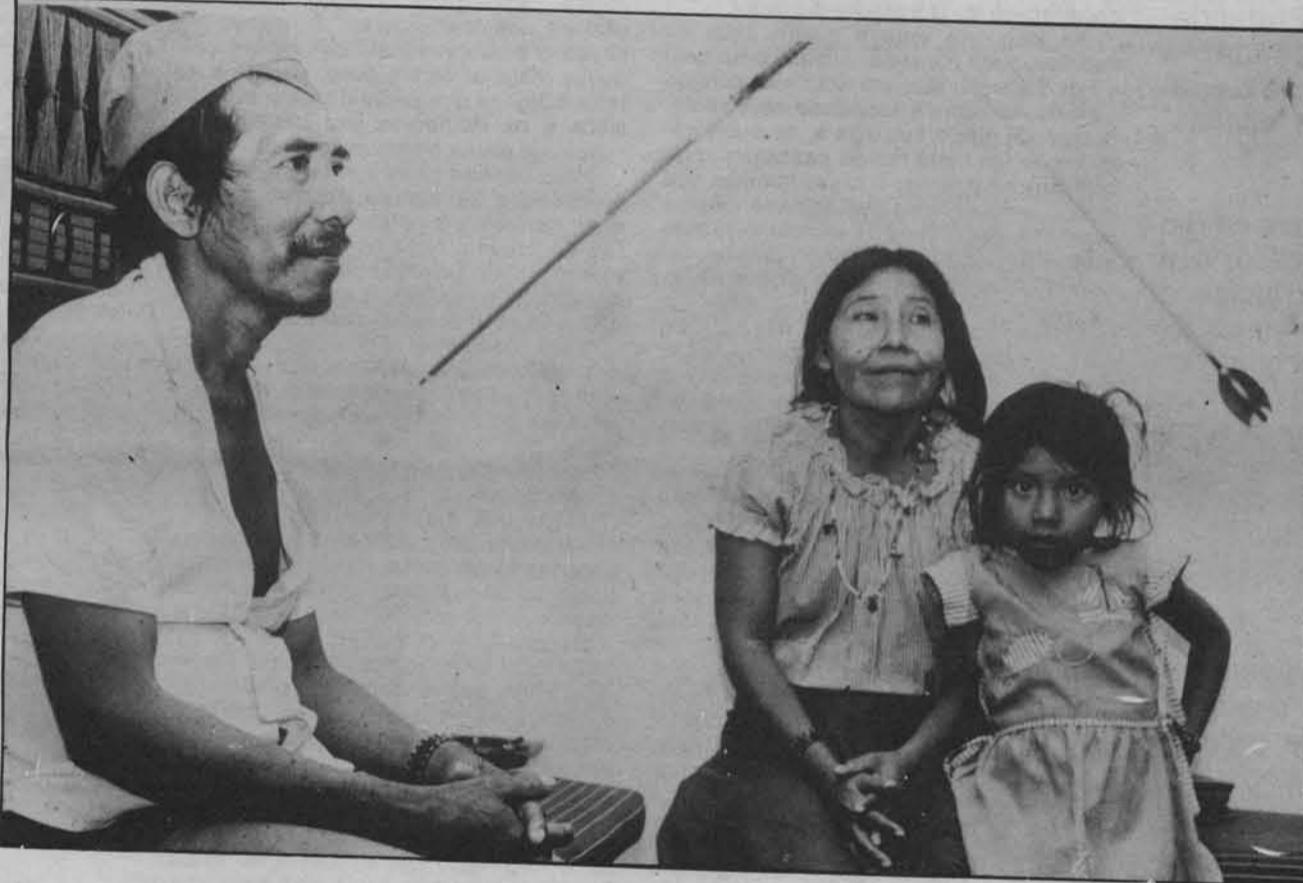


Foto: Egon Heck / 88 - CIMI

*José Rodrigo Vela e família,
Índios Arara do Belradão (MT)*

Foto: Milton Gurau / 91



O interesse do público voltou-se para a demarcação do território de 9,4 milhões de hectares, pertencente aos Índios Yanomami nos Estados de

Roraima e do Amazonas. São mais de nove mil pessoas, morando em cerca de 200 aldeias.

Pág. 3

QUESTÃO YANOMAMI: DESTAQUE NO DEBATE PROMOVIDO PELO MUSEU DO ÍNDIO

Índios Yanomami da região do Homoxi – antiga “pista do Jeremias”, onde o garimpo atuou com maior intensidade

EDITORIAL

DESTAQUE

Museu ao Vivo constitui um trabalho de divulgação da causa indígena. E é com esse objetivo que pretende sempre mostrar aos seus leitores as várias realidades dos povos indígenas no Brasil.

Nesta edição, abordamos a polêmica questão Yanomami, tentando esclarecer conceitos mal interpretados pela sociedade nacional como terra e territórios indígenas. Pretendemos, também, responder à opinião pública o porquê de garantir 94.191 km² para "apenas" nove mil pessoas.

Com relação aos Arara do Rio Branco, em Mato Grosso, é a resistência de um povo indígena que ganha destaque. Apesar de não terem a posse de suas terras assegurada, ainda está viva neles o que chamamos de identidade étnica, diferenciando esses rostos dentre as comunidades da região, mesmo quando todos estão juntos na balsa do Rio Aripuanã.

A problemática indígena se agrava à medida que a sensibilidade humana perde para os interesses do poder econômico.

No dia 21 de novembro passado, o presidente da Funai, Sydney Possuelo, recebeu, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro.

"A alma de um simples homem do mato como eu está, como deveria, extremamente alegre desde o dia 15 de novembro, dia em que o Presidente Fernando Collor chancelou o ato de demarcação das terras Yanomami para seus únicos habitantes imemoriais: os próprios Yanomami.

Ao longo de minha vida de sertanista tenho convivido, em meu dia-a-dia, com o sofrimento a que os índios, neste país, são submetidos. Sofrimento que teve início com o descobrimento do Brasil e que, com o passar dos séculos, foi intensificado à medida que as fronteiras econômicas expandiram-se do litoral para o interior.

Ao longo de vinte e quatro anos de trabalho, pude constatar o martírio ao qual o índio foi submetido em virtude do contato – inevitável – com a sociedade envolvente. Sociedade que o subjugou, ao subjugá-lo, impôe um triste rito de passagem que, sem conceder tempo a esses homens que fazem parte de uma humanidade diversa da nossa, expulsou-os de um pleno estado de equilíbrio ecológico e sócio-cultural, relegando-os a miseráveis condições de vida.

Eu não sou um etnólogo, não sou um antropólogo, não sou um pesquisador. Sou, sim, um homem que durante toda a vida conviveu com fatos, com pessoas, com grupos humanos que se encontravam em situação difícil.

Transformado em presidente da Fundação Nacional do Índio em um momento de imensas dificuldades, meu espírito, hoje, dia em que nasço carioca pelas mãos dos Senhores, ainda se emociona com a retomada, pelo Governo, dos compromissos de Rondon em favor das populações indígenas.

Na errônea visão cultivada pelos que jamais conseguiram ouvir a voz do infortúnio dos povos indígenas, o Governo teria sido excessivamente generoso ao conceder nove milhões e quatrocentos mil hectares aos Yanomami.

Ao tomar essa histórica decisão o Governo não concedeu nem deu aos Yanomami coisa alguma. A terra do índio é a terra de um povo.

Os Yanomami são um povo sofrido, maltratado, reduzido, que necessita – acima de tudo – de respeito por parte da nossa sociedade. E de terra para sobreviver com um mínimo de dignidade.

No distorcido entendimento daqueles que não respeitam culturas diferentes das suas, o povo yanomami, que há milênios vive no mesmo lugar, teria recebido terra em exagero para abrigar uma população estimada em cerca de 10 mil seres humanos.

Aferrados ao etnocentrismo que cultiva a máxima de que "não se deve dar muita terra para pouco índio", fingem desconhecer que para nossa sociedade não há fronteiras, não há limites.

Para os índios, contudo, o seu território é a dimensão exata do seu universo. Universo onde nasceram, viveram e morreram os seus antepassados. E onde, miticamente, prosseguem existindo os seus ancestrais que "demarcaram" o espaço necessário à sobrevivência cultural e à produção material de um povo, porque é na terra indígena que estão disseminados os sítios e os elementos que sustentam a cultura do seu universo mítico.

Hoje, na terra carioca, minha alma mais se indianiza. Ser carioca, diz o nome Tupi, é ser também um pouco índio. E aqui, no Rio de Janeiro, onde os índios lutaram e morreram em batalhas pela terra brasileira, recordo que, não fora o índio, este País não teria as dimensões que tem.

Essa, Senhores, não é uma afirmação nascida apenas do envolvimento de minha vida com os povos indígenas. A História é clara em seus requisitos quanto à participação dos índios nas lutas travadas, à época colonial, pelo que, então, era domínio português.

Lutas que garantiram não apenas a manutenção, por Portugal, das terras descobertas no alvorecer do século quatorze, como também, o alargamento das fronteiras do que hoje constitui o território brasileiro.

Apesar da participação dos índios nas lutas e batalhas pela posse da terra brasileira, foram eles condenados a perder, com o avanço da civilização, o seu bem mais precioso: a terra de que dependem, umbilicalmente, para existir.

Triste ironia! Constrangedora realidade!

São inúmeros os episódios que provam, de maneira cabal, a importância dos índios na configuração das fronteiras do Brasil. Presença que impregnou, com seus usos

e costumes, o cotidiano de todos nós. Mas que, estranhamente, não gerou o respeito que essa parte da humanidade é merecedora.

Senhores,

Não tenho medo de cometer o pecado do exagero ao afirmar que seríamos todos mais felizes se tivéssemos, com os índios, aprendido em maior profundidade suas verdades e segredos.

Mais felizes se tivéssemos aprendido a singeleza de conviver com a natureza – e conosco mesmo – em ritmo diverso do nosso, libertos da velocidade, quase sempre irracional, do mundo contemporâneo.

Porque feliz e rico não é apenas quem acumula bens. Rico é, também, aquele que para viver, de pouco precisa, não estando compelido a entesourar sem razão nem sentido e em prejuízo da ordem ecológica, aumentando assim, a velocidade da roda viva, que acelera os processos de degradação dos recursos naturais e da sobrevivência humana.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores

O homem dito civilizado, que por insensatez mergulhou a sua existência na angústia, tem, diante de si, a possibilidade de reverter o presente para tentar ser feliz.

Feliz como os índios ainda isolados que, aos primeiros contatos, nos deslumbraram com seu sorriso constante, ingênuo, docemente infantil.

Esses homens do coração do sertão riem para nós quando a eles chegamos. Sorriem sem saber que, ao chegarmos em suas terras, estamos condenando o sorriso a desaparecer – como desapareceram tantos povos indígenas entre mil e quinhentos e os dias que correm.

Senhores,
Que a partir de agora a justiça aos povos indígenas continue sendo praticada pelo Governo e por toda sociedade.

É o mínimo que nós podemos e devemos fazer para resgatar tantas culpas, tantos erros, tantas omissões.

Quando a mim, carioca recém-nascido, graças à paternidade do Excelentíssimo Vereador Alfredo Syrkis e à honrosa unanimidade desta Casa, que o Cristo Redentor me proteja e as águas deste imenso Rio me batizem para sempre.

Muito obrigado."

Sydney Possuelo

EXPEDIENTE

Jornal do Museu do Índio, órgão da Funai, vinculado ao Ministério da Justiça

- Publicação trimestral
- Jornalista:
Cristina Botelho, reg. prof. 18.678
- Consultoria Técnica:
Maria E. Brêa Monteiro (Antropóloga)
- Técnico de Laboratório:
João Domingos Lamônica
- Produção:
Jotanesi Edições
- Diagramação e Montagem:
Demetrius Sobreira de Almeida
- Editoração Eletrônica:
José Jorge de Moraes Tel.: 293-5432
- Distribuição gratuita:
Nº 05 – Janeiro / Fevereiro / Março / 92
- Tiragem:
cinco mil exemplares

Museu ao Vivo: editado pela Assessoria de Comunicação Social do Museu do Índio, Rua das Palmeiras, 55, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22.270 – Tels.: 286-8899 e 286-2097 – Fax: 286-0845 – Telex: 37091 MV não se responsabiliza por conceitos emitidos em matérias assinadas.

EM FOCO

Literatura indígena em braile no Museu do Índio

Foto: Lamônica



A partir de junho deste ano, o Museu do Índio poderá oferecer aos deficientes visuais uma bibliografia especializada na questão indígena. O material ficará à disposição para consulta na Biblioteca Marechal Rondon. Este projeto está sendo desenvolvido pelo índio Kaiwá, José Oado, que transcreve para o sistema braile textos relativos à cultura indígena.

"Os estudantes deficientes visuais têm muita dificuldade de pesquisar sobre o índio brasileiro, porque as informações acessíveis são poucas e desatualizadas.", afirma José Oado, estu-

por: CRISTINA BOTELHO

dante de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que, desde 1982, exerce na Funai a função de transcritor e revisor da literatura indígena para o braile. No entanto, só agora conseguiu dinamizar seu trabalho, através de recente acordo firmado entre o Museu do Índio e o Instituto Benjamin Constant.

Já estão transcritos o histórico do Museu do Índio, textos sobre as culturas indígenas e as primeiras edições do jornal MUSEU AO VIVO. Estão previstas também transcrições de livros e revistas abordando a temática indígena.

Museu do Índio realiza encontro preparatório para a RIO-92



Com a presença do prefeito Marcello Alencar, do presidente da Funai, Sydney Possuelo, do coordenador-geral do Comitê Intertribal – 500 Anos de Resistência, Marcos Terena, do representante da Nação Hopi (Arizona, EUA) e membro da International Indigenous Committee, Tomás Banyacya Júnior, de políticos, ecologistas, artistas, lideranças indígenas e estudantes, o Museu do Índio realizou o Encontro Sociedades Indígenas e Meio Ambiente, nos dias 19 e 20 de novembro de 1991, no São Conrado Fashion Mall, Rio.

A relação dos povos indígenas com o meio ambiente e a discussão de terra e território para esses grupos foram os te-

mas abordados neste debate de significativa importância cultural, destacando-se como evento preparatório para a Rio-92.

YANOMAMI

A questão da demarcação do território Yanomami foi assunto polêmico durante o encontro. O presidente da Funai, Sydney Possuelo, destacou a necessidade do reconhecimento da sociedade nacional em relação à definição do conceito de terra indígena: "Ou nós reconhecemos que a terra de um povo indígena é onde ele habita com suas necessidades culturais, de subsistência, com seus sítios nos quais aconteceram fatos importantes de sua história, ou vamos ficar eternamente com a alegação de que é muita terra para pouco índio."

Possuelo garantiu que a demarcação das terras indígenas ajuda a preservar as fronteiras brasileiras e evita a invasão de garimpeiros. "A demarcação da reserva Yanomami é necessária, sendo sua extensão delimitada a partir de estudos antropológicos, históricos e pesquisas de campo, não ameaçando de forma alguma a soberania nacional.", concluiu o presidente.

Mais uma vez, o Museu do Índio cumpriu sua tarefa de atuar como centro de informações e referência sobre os povos indígenas, divulgando problemas atuais que serão objetos de discussão durante a Conferência do Rio. Para isso, contou com apoio da prefeitura do Rio e do Comitê Intertribal.

O público ao visitar o Museu do Índio pode conhecer também a Loja Artíndia que vende artesanato dos diversos grupos indígenas do Brasil.

Foto: Lamônica



Lixoká Waritxoré
(boneca Karaíva / TO)

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 8h30m às 17h30m. – Telefone: 286-8799.

Os jesuítas foram os principais introdutores e difusores das técnicas de preparo da erva mate (*Ilex Paraguariensis*), árvore nativa do Paraná e que já se constituía em um alimento de fundamental importância para os indígenas da cultura Guarani, os quais transmitiram aos colonizadores o uso do mate, deixando também influências da língua (sobretudo Quíchua, Guaranis e Caigangues), cujas expressões foram incorporadas ao vocabulário corrente das regiões ervateiras – Caá (erva mate), Tereré (chimarrão tomado com água fria) e Cuia (fruto do porangueiro).



ENTREVISTA

Com Maria de Pompéa A. Lima*



MV – Quais as principais atividades da B. M. R.?

MP – Podemos enumerar como principais as seguintes: adquiri, processa e armazena material bibliográfico impresso e multimeios, bem como informações básicas da cultura indígena; realiza pesquisa sistemática no campo da bibliografia sobre grupos tribais; proporciona a utilização, pelos interessados, das informações especializadas; mantém intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, visando a atualização de seu acervo e a divulgação das publicações do Museu do Índio; efetua empréstimos a bibliotecas e técnicos da Funai, utilizando serviços reprodutivos para atendimento às instituições.

A Biblioteca Marechal Rondon vai, aos poucos, constituindo-se em um centro básico de informações bibliográficas de interesse etnológico e assuntos correlatos. Suas coleções oferecem suporte às investigações etno-históricas e antropológicas, como fonte de referência especializada indispensável às atividades desenvolvidas pelo Centro de Documentação do Museu do Índio e pela Funai.

As dificuldades são muitas, como a falta de verba, pessoal e material bibliográfico. Como exemplo, em 1986, devido a escassez de recursos, foram suspensas assinaturas de importantes revistas estrangeiras.

As precárias instalações do prédio do Museu do Índio impedem o armazenamento adequado das coleções. Mas a nossa garra fez com que a Biblioteca Marechal Rondon conseguisse sempre cumprir a sua missão, levar a sua mensagem.

MV – Qual o público que frequenta a B. M. R.?

MP – Ela se destina, prioritariamente, ao especialista. Porém, devido a dificuldade que os estudantes de 1º e 2º graus têm em obter informações atualizadas sobre a questão indígena, esta Biblioteca vem atendendo o público escolar, comprometendo-se, assim, na tarefa de divulgar junto à comunidade os diversos aspectos dos grupos indígenas.

MV – São frequentes as presenças de pesquisadores brasileiros e estrangeiros buscando informações para os seus trabalhos de especializações?

MP – Sim. Como exemplo, especialistas de universidades e museus brasileiros, além de instituições estrangeiras como Columbia University, Smithsonian Institute, Universidade de Sorbonne, etc.

* Maria de Pompéa A. Lima, hoje aposentada, foi responsável pela Biblioteca Marechal Rondon de 1970 a 1991.

PESQUISA INDÍGENA

Foto: Sheila Sá

Os Arara do Rio Branco



Índios Arara na balsa do Rio Aripuanã (MT)

Os Índios Arara do Rio Branco vivem hoje uma situação de opressão e miséria. Desaldeados, porque foram expulsos de suas terras de origem, na bacia do Rio Aripuanã entre os Rios Branco e Guariba, habitam, em sua maioria, a periferia da Cidade de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, e não contam com assistência regular por parte do órgão indigenista oficial e dos governos estadual e municipal. Na tentativa de solucionar o problema, em outubro do ano passado, a Funai criou um grupo de trabalho para adequação dos limites da terra Arara. A proposta de área a ser demarcada é de 122 mil hectares.

Devido ao tipo de contato que mantiveram com a nossa sociedade a partir deste século, tornaram-se, por necessidade de sobrevivência, seringueiros. Durante décadas, estiveram em suas próprias terras submetidos a patrões que os exploravam através do sistema de "barração", onde deixavam seu ganho com a borracha em troca de gêneros de primeira necessidade e outras mercadorias.

Nas décadas de 40 e 50, aconteceram na região surtos de varicela e os Arara viram-se obrigados a procurar tratamento de saúde nas cidades próximas, deixando, assim, seu território de origem. Muitos morreram na busca de ajuda e foram enterrados pelo caminho. O cemitério de Igarapé Veadinho, à margem direita do Rio Branco, foi o que recebeu o maior número de indíos devido à sua proximidade à aldeia mais populosa da época, a Aldeia do Veadinho. Até hoje os Arara narram esse episódio com grande tristeza.

Com o declínio da atividade da borracha, no início dos anos 60, veio o empobrecimento total e muitos foram expulsos de suas "colocações", tendo que procurar outros serviços.

O território de origem Arara foi sendo cobiçado e invadido por diversos grupos de mineradoras e madereiras. Quando os sobreviventes do povo Arara começaram a voltar para a sua terra, foram impedidos por jagunços que asseguravam a área para aquelas empresas interessadas em sua exploração.

Ao longo dos últimos anos, devido à precária intervenção dos órgãos competentes, a situação dos Arara se agravou. Atualmente, são aproximadamente 60 famílias – cerca de 300 pessoas –, vivendo entre as cidades de Aripuanã (MT), Manaus (AM), Cuiabá (MT), Ariquemes (RO) e Matá-Matá (AM).

Na periferia da Cidade de Aripuanã, sobrevivem, hoje, como catadores de lata, serventes, cozinheiros, pescadores, seringueiros, mineradores, faxineiros, etc. A maioria das famílias tem como renda mensal de um a dois salários mínimos. Algumas sobrevivem do Funrural, outras contam com a ajuda de vizinhos não-indígenas e da população regional, sensibilizada com a situação.

As condições de saúde dos Arara "na rua" é extremamente grave. A malária está presente

na região, pois há um constante ir e vir da população pelas áreas de garimpo. A subnutrição, o sarampo, a catapora e a diarréia atingem duramente as crianças.

Os mais velhos falam a língua de origem de forma reservada, ou seja somente entre eles e em determinados momentos, resultado do processo de exploração a que foram submetidos. Os mais jovens não aprenderam a falar a língua de seu povo.

Mantendo a tradição, José Rodrigo Vela Araúra, 71 anos, trata o seu povo e os regionais com garrafadas feitas à base de ervas medicinais, que aprendeu a identificar com o seu pai, um cacique Arara. Nessa tarefa, é ajudado por sua esposa Anita e por Raimunda, viúva do antigo pajé, que aprendeu com este a lidar com folhas e rezas. Manuel, filho de Rodrigo e Anita, foi iniciado também na arte de reconhecimento e preparo de ervas pelo falecido pajé.

Hoje os Arara se mobilizam pelo reassentamento nas terras de origem. Lutam pela demarcação de seu território sem a presença de estradas "de chão", construídas pela prefeitura de Aripuanã e pelas madeiras, a fim de facilitar a retirada de enormes quantidades de madeiras nobres (cedro, mogno e cerejeira) para serem comercializadas no Sul do país durante a seca. Os Arara reivindicam, assim, o direito histórico e constitucional de ocupar suas terras imemoriais.

Nesse momento, a área de origem dos Arara do Rio Branco encontra-se totalmente dividida e titulada pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Os "proprietários", aproximadamente 68, mantêm homens armados para impedir que os indíos retornem a seu território. Não há desenvolvimento de nenhuma atividade produtiva no local, que serve apenas como reserva de mercado futuro. Tal fato revolta os Arara que, impedidos de nelas entrarem, passam necessidades materiais na cidade sem poder plantar, trabalhar a seringa, colher castanha e pescar no Rio Branco (alvo principal de suas reivindicações).

Os Arara estão cansados de promessas por parte das autoridades e ameaçam entrar em suas terras, apesar das ameaças a sua sobrevivência física. "A gente tem que entrar. Não sei se é a morte que tá me chamando.", afirma o indio José Rodrigo Vela Arara.

* Esta é a forma como os Arara se referem à situação de morar na cidade.

* Antropóloga do Setor de Documentação do Museu do Índio

OPINIÃO

Porque "tanta" terra para "pouco índio"?

MÉMELIA MOREIRA *

Indigenistas, antropólogos, sertanistas, missionários, todos, enfim, que se aliam à resistência dos povos autônomos e na defesa de seus direitos juntos à sociedade ocidental já responderam a essa questão algumas dezenas de vezes. Essa é a primeira pergunta feita por quem nunca conviveu com os povos indígenas e, também, a primeira acusação feita pelos inimigos dos direitos de todos os povos.

As respostas são diversas. Sydney Possuelo, presidente da Funai, diz que "terra é a vida de um povo". Os antropólogos, entre eles, a professora Alcida Ramos, sustentam a tese de que "para as sociedades indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimentos. Não é apenas um recurso natural – é tão importante quanto este – é um recurso sócio-cultural".

Já os juristas apelam para as leis e para a Constituição Federal que obriga o Estado brasileiro a demarcar essas terras, obedecendo a critérios antropológicos, fundiários, sociológicos. Ou seja, é uma pergunta de múltiplas respostas. Essas respostas, entretanto, não levam em consideração o fator político-ideológico das sociedades expansionistas.

Desde os tempos coloniais, a sociedade brasileira vem cristalizando uma política indigenista, cujo objetivo final é a desintegração dos povos autônomos, seja a desintegração física, com os massacres históricos, seja a desintegração étnica, com a consequente integração desses povos à nossa sociedade. O expansionismo não é uma característica apenas da nossa cultura. Os impérios romano, espanhol, português, francês e inglês nos antecederam, além de exemplos da História dos dias de hoje, nos antecederam. Nenhum deles, na política de ampliar as fronteiras, respeitaram os que já se encontravam nas terras ocupadas. E o princípio que rege essa política não é muito elaborado: ora, se esses povos vão, a médio ou longo prazo, se integrar à sociedade dominante, por que lhes reservar um espaço distinto onde possam exercer plenamente seus hábitos, cultuar seus deuses, falar sua própria língua? E esse o raciocínio do expansionismo e dos que fazem a pergunta. E também o raciocínio das sociedades utilitaristas

que vêem a terra apenas como um bem de produção a ser explorado.

Os exemplos de desrespeito aos povos autônomos são inúmeros, incontáveis. Os mais conhecidos, ou mais citados, são o caso da Espanha, onde os bascos, em ações espetaculares espalham o terror em suas demonstrações de identidade, distinta do povo espanhol, os curdos, numa luta sem trégua, matam e morrem chamando a atenção do mundo para seu direito de autodeterminação, enquanto na Índia, os sikhs, de vez em quando, cometem atentados contra os dirigentes de um país que se recusa a reconhecer nesse povo um nação.

Além disso, negar o direito a uma terra milenarmente ocupada por determinados povos, argumentando ser "muita terra para pouco índio", é negar também o direito a esse povo de crescer sua taxa de natalidade. E quem garante que no caso Yanomami, hoje estimados em nove mil pessoas, não cheguem a 12 mil no próximo censo, ou 20 mil dentro de 15 anos?

Quando o argumento é muita terra para pouco índio, só há uma resposta: há um povo em expansão (garantidas as condições de saúde), para o qual o Governo brasileiro determinou uma área de 9,4 milhões de hectares. Há também uma empresa multinacional, encravada no Amazonas, com 10 milhões de hectares, a MANASA (Madeireira Nacional S. A.) e há proprietários de terras, cujas extensões de seus domínios, enquanto pessoas físicas, ostentam títulos de 200 mil hectares de terra, como é o caso de Dimas Seelig, em Roraima.

Então, a pergunta não é a quantidade de terras para esses povos e sim o reconhecimento (ou não) de seus direitos a crescerem e se distinguirem enquanto povos diversos, e da sociedade brasileira como uma sociedade pluri-étnica, onde pode dispor de seu espaço.

* Assessora de Imprensa da Procuradoria Geral da República

INFORMES

Cartilhas Karajá

Já estão prontas as cartilhas de educação bilíngue destinadas à comunidade Karajá (TO), produzidas pelo Museu do Índio com a finalidade de desenvolver as atividades escolares nas aldeias.

O material foi organizado por especialistas nas áreas de Língua (Marcus Maia), Estudos Sociais (André Toral) e Matemática (Francisco Roberto Vieira).

A edição das cartilhas contou com o apoio da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro (1989), do então vice-governador Francisco Amaral e da Imprensa Oficial do Município do Rio de Janeiro que concluiu a impressão de 450 exemplares no último mês de janeiro.

(Artigo sobre o assunto foi publicado na primeira edição do Jornal Museu ao Vivo "Museu do Índio edita cartilhas para professores e alunos Karajá", Carlos Perez).

Associação de Amigos do Museu do Índio

Recuperar fisicamente o Museu do Índio e promover atividades artísticas, culturais e científicas com a finalidade de

motivar o público para a causa indígena. Estas são as prioridades da Associação de Amigos do Museu do Índio – AMI o Prof. Darcy Ribeiro, criador, em 1953, do Museu do Índio, que tem participado ativamente da campanha de revitalização da instituição.

Informações pelos telefones: 286-0845 e 286-2097.

Concurso do Hino e da Bandeira das Nações Indígenas

De 10 a 12 de abril deste ano, a Reserva Indígena de Mangueirinha, no Paraná, promoverá a Primeira Semana Nacional da Cultura das Nações Indígenas Brasileiras com a presença de lideranças indígenas de todo o país, quando serão lançados oficialmente o hino e a bandeira das populações indígenas.

Até o dia 15 de março, representantes dos diversos grupos indígenas poderão encaminhar sugestões de letras e desenhos. O vencedor do Concurso do Hino e da Bandeira das Nações Indígenas ganhará Cr\$ 500 mil.

Informações com José Carlos Gabriel pelo telefone (0462) 431148.



**USANDO
A TRADICÃO
E ABUSANDO
DA QUALIDADE**



IMPRESSO